

Turner

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	18, 11, 97
cod.	KYD00118

RELATÓRIO SOBRE O MOMENTO KAYAPÓ E PERSPECTIVAS.

- I. **Apresentação**
- II. **Sumário**
- III. **Relato**
- IV. **Conclusões**
- V. **Recomendações**

Brasília, 15 de junho de 1995

III. **RELATO DOS ENCONTROS DE LIDERANÇAS KAYAPÓ
EM REDENÇÃO/PA E COLIDER/MT**

A- Encontro de Redenção

1. Atendendo a convite do Departamento de patrimônio Indígena/ Funai, cheguei a cidade de Redenção no dia 19/06/95 para acompanhar reunião de lideranças da Área Indígena Kayapó (aldeias do Kikretum, Kokraimoro, kubenkankrein, Gorotire, Aukrê e outras menores). O objetivo do encontro foi a discussão dos problemas e perspectivas da nova realidade , a partir da expulsão dos garimpeiros e madeireiros e consequente fim do estilo de vida sustentado pelos mesmos..

Na chegada incorporei-me a equipe de coordenação da extrusão da área kayapó/Funai, coordenada desde seu início por Wellington Figueiredo, experiente indigenista e pessoa referencia neste processo, pois representa o principal articulador, tanto para os índios como para as instituições envolvidas. Esta coordenação, doravante chamada de Coordenação Kayapó, também vem assumindo o papel da aglutinador dos esforços dos Kayapó em resistir a pressão das madeiras e garimpos e na busca de alternativas. Foi a presença da coordenação em Redenção que suscitou o encontro das lideranças.

2. O ponto de apoio da Coordenação Kayapó e local para o encontro das lideranças foi a Administração Regional de Redenção, estrutura local da Funai responsável pela assistência dos índios da Área Kayapó. A ADR ,fisicamente, é constituída de duas amplas e novas casas, uma das quais destinada a estrutura de assistência a saúde e outra atendendo a parte administrativa. Constitui-se no principal ponto de apoio e orientação aos índios, kayapó. Desde o início da extrusão vem sendo bastante demandada pelas comunidades, principalmente na manutenção do apoio ao transporte aéreo de emergência e no apoio a saúde. A ADR vem exercendo um poder tampão sobre a pressão colocada sob comunidades, e maximizando a resistência destas nesta fase de fim do modelo sustentado pelo garimpo e a madeira e a construção de um novo modelo.

Lideranças de todas as aldeias fizeram-se presentes no encontro e enfatizaram seu desejo de não mais aceitar a presença ilegal de garimpo e exploração madeireira em sua área.

3. Foi visível a presença hegemônica das lideranças técnicas ligadas anteriormente aos contratos ilegais, os ditos "caciques da grana",

residentes em Redenção, como Tapieti, Kube-í, Xokram, Pedro Aybi, Pankrá e Payakam, que passaram a assumir o discurso das lideranças tradicionais de repúdio a presença ilegal de madeireiras e garimpo, e também a se envolver diretamente na discussão de alternativas. É marcante a liderança de Payakam.

A principal preocupação colocada diz respeito a situação de dificuldades vividas atualmente pelas comunidades, as quais estão ressentindo-se de falta de apoio nas suas necessidades básicas, tais como munição, anzóis, roupas, calçados, combustível, etc. O encerramento total das atividades ilegais, a partir de outubro do ano passado, que garantiam o apoio destas necessidades básicas ocorreu de forma abrupta, desde então as dificuldades nas aldeias vem se avolumando, sendo fundamental, segundo as lideranças - haver um atendimento rápido, pois com o início da seca as madeireiras e garimpeiros voltam a assediar, momentaneamente, há uma resistência a pressão dos mesmos, mas que não sabem até quando conseguiram segurar a pressão dentro da aldeia diante do agravamento da falta de atendimento das necessidades básicas.

4. No momento que ocorreu a reunião ainda não havia sido definido o dia do leilão da madeira desvitalizada apreendida e depositada sob guarda da polícia federal na cidade de São Félix do Xingu. As lideranças aguardavam com expectativa, e até certo ceticismo o mesmo: Apesar de, somente a Aldeia do kokraimoro possuir alguma madeira disponível para este leilão, a expectativa era geral, no sentido de ver se de fato a Justiça federal cumpriria com o prometido, o que abriria a possibilidade de outros leilões com a madeira que ainda se encontra espalhada dentro da área e que beneficiará todas as outras aldeias. A principal preocupação é no como retirar da floresta e juntar a madeira desvitalizada deixada pelos madeireiros. É o recurso a ser obtido com os leilões que alimenta a expectativa das lideranças da efetivação de projetos alternativos que lhes permitirá suprir as novas necessidades de foma autônoma e sem os prejuízos que ameaçavam a sustentabilidade de seus recursos naturais e cultura.

Com a confirmação da data do primeiro leilão para 13 de junho, que ocorreu após a reunião, houve uma grande agitação entre as lideranças no intuito de viabilizar, o mais rápido possível, mecanismos para retirada da madeira espalhada dentro da área, avaliada pela Funai em aproximadamente 20.000 metros cúbicos. Na oportunidade, algumas madeireiras locais estavam oferecendo-se para, a título de prestação de serviços, utilizarem sua estrutura própria de equipamentos e pessoal que desde a desintrusão encontra-se ociosa, para retirada da madeira, cobrando uma taxa de aproximadamente R\$ 150,00 por metro cúbico explanado (

depositado em local de fácil acesso e segurança). um grupo de lideranças foi escolhido para vir a Brasília conversar com a presidência da Funai e Procuradoria da República, no intuito de agilizar o recolhimento desta madeira. É importante dizer que esta madeira espalhada na floresta, deteriora-se diminuindo consequentemente seu valor de mercado.

5. Um dos fatos mais marcantes do encontro foi a reivindicação e mobilização das comunidades pela construção de um amplo sistema de vigilância, que de conta de proteger suas fronteiras contra a invasão de madeireiros e garimpeiros. Esta foi a discussão que tomou a maior parte do tempo do encontro. Os índios propuzeram a construção de postos de vigilância em todos os pontos de entrada e saída de sua área, basicamente rios e estradas, constituindo em um verdadeiro rosário de aproximadamente 20 postos de vigilância (PIV). A fronteira da área Kayapó, caracteriza-se por encontrar-se permeada de muitas estradas, que serviam até então aos madeireiros e garimpeiros e por um verdadeiro " corpo a corpo" com as fazendas. É como se, somente agora, os índios se dessem conta do quanto estavam sendo saqueados, e quizessem imediatamente coibir sua continuidade.

Independente de um apoio da Funai, vários destes pontos escolhidos para abrigarem os PIVs já foram ou estão sendo ocupados pelos índios, com a característica de serem pequenos aldeias, atraindo populações muitas vezes superiores a 50 índios, geralmente o agrupamento familiar ligado a uma liderança que passa a ser reconhecido como sendo o chefe do PIV. Boa parte destas populações dos Pivs são oriundos da grande Aldeia de Gorotire, é como se houvesse uma decisão deliberada de fragmentação parcial desta aldeia, em função do esgotamento dos recursos naturais no seu entorno, com vistas a ocupação e proteção de outras partes do território que ainda apresentam recursos.

6. A discussão do encontro considerada a mais importante, pelas principais lideranças presente, foi referente a criação de uma organização própria dos Kayapó, chamada pelos mesmos de Associação, que possa assumir a implementação de seus próprios projetos. Importante ressaltar que os principais interessados pela criação de uma organização foram os jovens caciques anteriormente envolvidos com os contratos ilegais, toda a discussão foi coordenada por Paiakam. Um dos principais argumentos utilizados foi a de que uma organização própria, legalmente reconhecida pelas leis brasileiras, permitirá aos Kayapó maior autonomia na gestão de seus projetos, bem como lhes possibilitará receber diretamente recursos das entidades de apoio. Algumas pessoas da equipe de coordenação foram incubidos de ajudar na elaboração de um estatuto que deverá ser previamente

apresentado a algumas lideranças, para posterior apresentação em um novo encontro de lideranças, que deverá ter o caráter de assembléia geral de criação da Associação.

B- Encontro de Colider

1. No dia 24/06 desloquei-me para a cidade de Colider, Estado do Mato Grosso, em aeronave da Funai, na companhia do Coordenador da Operação de Extrusão das Áreas kayapó, Menkragnoti e Baú, Sr. Wellington Figueiredo e do Chefe da Equipe da Polícia Federal responsável pela Operação, com o intuito de discutir com as lideranças das Áreas Menkragnoti e Baú a continuidade da desintrusão destas Áreas, que havia sido realizado parcialmente devido a excazes de recursos, mas que seria retomada novamente.

O encontro realizou-se na Administração Regional de Colider/ Funai, recém criada para atender as comunidades das Áreas Indígenas Menkragnoti, Baú, Jarinã e Kapot, sendo que, a pedido das lideranças, foi nomeado Megarom Txucarramãe como Administrador. A maioria das lideranças já se encontravam aguardando nossa chegada para o início do encontro.

2. A primeira parte do encontro foi destinada a discutir a retomada da desintrusão de garimpos da área Baú. Como a desintrusão implica na concordância da comunidade foram convidados a participar da reunião os principais caciques desta comunidade, principalmente o velho cacique Montinó, sendo que a aeronave da Funai foi busca-lo na Aldeia. Numa discussão entre as lideranças, Funai e Polícia Federal onde diagnosticou-se que o principal problema é um grande garimpo, controlado por uma pessoa chamada Dodo, no qual trabalham aproximadamente 2000 garimpeiros. Dodo já esta no Baú a vários anos, e segundo o coordenador da operação, o mesmo já retirou mais de 3000 kilos de ouro. Os caciques relataram que o mesmo tem enganado a comunidade com presentes e algum dinheiro, mas que a comunidade está cada vez mais pobre, inclusive enfrentando problemas com a poluição de seus rios. O avião comprado pela comunidade com o dinheiro do ouro, encontra-se a vários meses em reforma na cidade de Goiânia, e Dodo esta cobrando R\$ 70.000,00 para devolve-lo. Como a comunidade não tem este dinheiro, continua deixando o garimpo do Dodo para ver se consegue juntar este dinheiro, mas que não tem conseguido e estão cansados de serem

enganados por Dodo e concordaram com que a Funai o retire da área, também solicitaram que a Polícia Federal retire também os pequenos garimpos que se encontram em outros pontos.

Megaron comentou que, já que os caciques haviam concordado com a saída do garimpo, isto implicava em que a ADR-Colider precisaria ter condições de garantir a assistência aquela comunidade, que fica bastante isolada, e que até agora vem sendo atendida parcialmente pelo próprio Dodo, sendo que a Funai deverá assumir a responsabilidade, caso contrário os garimpos voltarão e será mais difícil a comunidade concordar com uma nova desintrusão.

2. A Coordenação da Desintrusão comentou com as lideranças que recebeu denúncia da existência de uma estrada, perpendicular a Rodovia Cuiaba-Santarem, saindo próximo a cidade de Garantã do Norte/MT na direção do território Menkragnoti, e que a mesma está sendo usada para exploração de mogno dentro desta Área. Algumas lideranças comentaram que já desconfiavam da existência desta estrada e que, inclusive haviam sido informados de que a mesma havia sido construída por Dodo, o mesmo do garimpo do Baú, em parceria com Osmar Ferreira, principal madeireiro que retirava mogno da área indígena, próximo a calha do rio Xingu, que com a presença da polícia federal na região, estava agora iniciando a exploração neste outro lado da Área. As lideranças afirmaram que nenhum deles havia negociado contrato com Dodo e Osmar Ferreira. A polícia federal informou que estará realizando diligências no local, visando impedir a continuidade desta possível exploração ilegal.

Wellington informou que dentro de aproximadamente dez dias, a partir do encontro a polícia federal estará iniciando os trabalhos de desintrusão.

3. Com o esgotamento da pauta relativa a desintrusão, as lideranças passaram a discutir sobre a tentativa de mudanças na lei de demarcação dos territórios indígenas e suas consequências. Uma a uma, todas as lideranças mostraram seu repúdio a possibilidade de alteração do decreto nº 22 proposto pelo Ministro da Justiça Nelson Jobim e também se manifestaram contrariadas com os depoimentos do Deputado Nicias Ribeiro (PMDB-PA), na Câmara dos Deputados, que vem, sistematicamente, atacando a Funai e a demarcação da Área Menkragnoti, inclusive com informações falsas sobre o número populacional desta Área. As lideranças resolveram ficar em estado de alerta, acompanhando detalhadamente o desenrolar das discussões em Brasília, e permanecer em estado de mobilização permanente, pois, caso se confirme qualquer perspectiva de ameaça a seu território,

realizarão o deslocamento de grande número de caciques e guerreiros a capital federal para defenderem seus direitos.

4. Na segunda parte do encontro das lideranças indígenas das Áreas Menkragnoti, Baú, Kapot e Jarinã foram discutidos possibilidades de alternativas ao modelo imposto pelas madeireiras e garimpos. Partindo de uma exposição, realizada pela AVA, sobre as riquezas existentes nas terras indígenas, principalmente os recursos naturais, cultura e ciência indígena, e sobre a necessidade de transformar estas riquezas em produtos que possam ser comercializados pelos próprios índios, através de organizações próprias, visando agregar valor aos produtos e criando mecanismos para que o valor agregado retorne ao máximo para as próprias comunidades. A partir desta introdução, as lideranças realizaram um amplo debate no qual elencaram vários produtos possíveis de serem aproveitados em projetos alternativos, tais como produtos não madeiráveis, como óleos vegetais, frutas e outras essências; o aproveitamento racional da madeira através de planos de manejo sustentáveis; também discutiram o desenvolvimento de mecanismos visando a proteção e aproveitamento da cultura como produto que possa reverter em recursos para as comunidades.

5. Outro ponto de pauta, proposto pelos caciques da comunidade Baú, foi a discussão sobre possibilidades alternativas para aplicação dos recursos disponíveis na RFFI para a demarcação do Baú. Megaron comentou que havia recebido confirmação da existência de U\$ 75.000.00, e que este recurso somente estaria disponível se a FUNAI oficializa-se seu compromisso exclusivo com a demarcação da Área Baú e através da apresentação formal de um projeto que justifica-se a aplicação alternativa deste recurso. Megaron apresentou uma carta da Diretora de Assuntos Fundiários da Funai, assumindo a responsabilidade pela demarcação. A carta foi lida para as lideranças do Baú, as quais confirmaram que estão cientes de que a demarcação, agora, depende exclusivamente da Funai.

A seguir foram discutidos possibilidade de aplicação deste recurso, sendo que foram apresentados várias propostas: - aplicação em projeto da assistência a saúde de todas as comunidades; - utilização do recurso para pagar a reforma do avião da comunidade que esta retido em oficina, na cidade de Goiânia; - utilização em projetos de alternativas econômicas. As lideranças chegaram ao consenso de que o recurso era pouco e que deveria ser aplicado integralmente na comunidade do Baú. Após explicações do representante da AVA, de que a proposta de projeto da comunidade precisaria primeiro ser aprovado pela RFFI, e somente depois será liberado, e de que um projeto para pagamento da reforma do avião

poderia não ser aprovada. As lideranças resolveram que, agora com a saída dos garimpeiros, a comunidade do Baú deveria procurar outras formas para conseguir recursos, e que então a melhor aplicação do recurso, anteriormente destinado a demarcação, será na construção de um projeto de alternativa econômica.

Na discussão sobre qual o projeto de alternativas econômicas possíveis, as lideranças informaram que na sua Área existe grande concentração de castanhais, e de que antes da chegada dos garimpeiros a comunidade do Baú era grande produtora de castanha, e que agora gostariam de retomar este trabalho. O representante da AVA comentou que este poderia ser um projeto bem recebido pela RFFI, o que facilitaria a liberação do recurso. As lideranças do Baú solicitaram então apoio para limpeza dos castanhais mais próximos a aldeia, que deve ser realizado nos meses de julho e agosto, também solicitaram apoio para transporte de pessoal que vai trabalhar e transporte da produção, através de compra de barco e motor (25Hp) e reforma do casco de 2 lanchas, usadas para transporte de carga, pertencentes a comunidade. Também vão precisar de recursos para a coleta e quebra da castanha, que deve iniciar no mês de janeiro. O representante da AVA, informou que estaria elaborando o Projeto, inclusive procurando técnicas de processamento para o melhor aproveitamento da castanha que pudessem ser desenvolvidas pela comunidade do Baú e que, caso a RFFI aprove esta proposta, uma pessoa enviada pela AVA, futuramente, irá discutir o trabalho diretamente com toda a comunidade.

6. A Associação Iprenrê de Defesa do Povo Mebengokre se fez representar na reunião por seu presidente, Pukatire Kayapó, e pelo tesoureiro Pituiaru Metuktire, representantes da nova diretoria eleita em 1994. Esta Associação foi criada em 1993, pelas lideranças das aldeias Kapot, Metuktire, Kubenkokre, Pukany e Baú, com objetivo de ser uma organização própria capaz de captar e gerenciar recursos de seus próprios projetos. Encontra-se legalizada com estatuto, CGC e conta bancária própria e tem sede provisória na cidade de Colider/MT. Atualmente a diretoria vem discutindo formas de capacitação de seus membros, visando garantir que a administração da Associação seja realizado pelos próprios índios, de forma a cumprir com os requisitos legais e tornar-se confiável para as agencias financiadoras de projetos. Percebeu-se na reunião que a Associação Iprenrê é vista pelas lideranças como instrumento pelo qual as comunidades envolvidas poderão, de forma organizada, viabilizar seus próprios projetos, reduzindo sua dependência dos órgãos de apoio dos brancos.

7. É importante resaltar que o perfil das lideranças das Áreas Menkragnoti, Baú, Kapot e Jarinã, é distinto das lideranças da Área kayapó.

Os primeiros, se comparados com os segundos, possuem uma trajetória relativamente curta de relações com madeireiros e garimpos, os primeiros contratos começaram a partir de 1991. A grande maioria dos caciques moram nas aldeias, não existe exemplos, como ocorre com os kayapó do leste, de um cacique dono de carros, fazendas ou casa particular. Os bens adquiridos, apesar de estarem ligados ao nome de um ou outro cacique, são de uso da comunidade, como as casas adquiridas na cidade de Garantã/MT e aviões que servem no apoio das comunidade de kubenkokre, Pukany e Baú como um todo. Os caciques que intermediavam os contratos e mesmo entre os jovens há pouquíssimos falantes fluentes do português. Em resumo, são caciques bastante inexperientes e portanto foram facilmente enganados.

Como exemplo, citamos os caciques da aldeia Kubenkokre, todos filhos do lendário Bepgogoti, cacique tradicional mais velho dos Kayapó. Atualmente, a liderança na comunidade é difusa entre os três: Bepkum, Nikait e Kuteí. As categorias de valor e prestígio se modificaram, a cooptação provocada pela lógica do consumo fácil influenciou os filhos dos caciques, a pressão sobre os caciques tradicionais provocou o distanciamento das facções entre si, fazendo com os representantes das facções estabelecessem alianças de forma individual com garimpeiros e madeireiros. No entanto, a mesma influencia que os caciques da área Kaypó exerceram no passado e que serviu de incentivo a que os Menkragnetire seguissem a mesma trajetória de aceitar a entrada das madeireira, repete-se agora, de forma inversa, os Menkragnetire estão conhecendo os prejuizos que seus parentes foram vítimas, e seguem no vácuo da "revolta de Gorotire", aceitando a desintrusão da área, e percebem que ainda podem impedir que ocorra na sua área, o desastre que ocorreu em Gorotire.

8. A recém criada Administração Regional de Colider, tem uma importância para os Menkragnetire e Metuktire que transcende meramente um valor administrativo-assistencial e cristaliza uma verdadeira aliança política entre eles.

O Administrador de Colider, Megarom Txucaramãe, é o principal elemento aglutinador desta aliança, sua liderança representa, por si só, o exemplo de quem tem buscado um caminho alternativo. Seu perfil como uma liderança historicamente comprometida com a preservação dos recursos naturais e da cultura, sem qualquer vinculação com madeireiros e garimpeiros, e com bastante experiência no mundo do branco, lhe oferece uma legitimidade impar no universo das lideranças kaypó. Megarom leva para a Administração de Colider, sua experiência na Administração do Xingu, sua história de relação

acumulada não só com a Funai, mas também com várias organizações não-governamentais.

A nova Administração instalou-se recentemente na cidade de Colider, anteriormente funcionava na cidade de Guarantã do Norte. A Funai alega que a mudança deveu-se ao fato de que Colider possui uma estrutura de assistência pública (Hospitais e banco estatal) não existente em Guarantã o que permite uma grande economia de recursos. Ao meu ver a principal vantagem foi ter saído do ambiente viciado e anti-indígena de Guarantã, Colider fica fora dos eixos de circulação das madeireiras e garimpos e que permite maior tranquilidade para os índios e a Funai.

IV. CONCLUSÕES

1. Em todos os encontros e conversas mantidas com as lideranças ficou claro que há uma consciência sobre os prejuízos provocados pela exploração ilegal de ouro e madeira na área indígena. Há também um sentimento de respeito a decisão da Justiça Federal de desintrusão e proibição da continuidade da exploração e de que esta fato representa a possibilidade do início de um novo momento para os kayapó.

Ficou evidente que a resistência dos kayapó tem um limite, e que este é balizado, por um lado, pela garantia do atendimento das necessidades essenciais das comunidades, e por outro, pela existência de perspectivas concreta de projetos alternativos que possam lhes viabilizar a exploração sustentável de seus recursos naturais, com retornos econômicos reais, pelo menos a médio prazo, e condições para uma gestão autônoma deste processo.

2. A possibilidade de recursos com os leilões das madeiras desvitalizadas alimenta a perspectiva de manutenção das necessidades essenciais de curto prazo e mesmo de aplicação para o desenvolvimento de projetos alternativos. A um acordo tácito entre as lideranças de uma correlação entre a divisão do território entre as várias aldeias com a madeira desvitalizada encontrada no respectivo território, por exemplo, madeira desvitalizada encontrado no território afeto a aldeia Kubenkokre pertence aquela comunidade. A maior parte dos recursos a serem obtidos com o primeiro leilão, avaliado pelo perito da Justiça Federal em aproximadamente 6.000 metros cúbicos, pertencem as comunidades do Kubenkokre e Pukany.

A coleta do restante de madeira desvitalizada e seu leilão é fundamental para a garantia das necessidades essenciais das aldeias. Isto implica na mobilização de máquinas e pessoas com experiência neste trabalho, sendo que somente as próprias madeireiras regionais é que tem esta estrutura. É fundamental que se defina uma estratégia para resgate desta madeira, e que esta estratégia já apresente características técnicas siveulturais diferenciadas do sistema de exploração implementada anteriormente pelas madeireiras. Isto é importante para, primeiramente evitar maiores prejuízos aos recursos naturais, que no caso da extração seletiva do mogno ocorre principalmente quando da abertura das estradas para coleta do mogno, e também para evidenciar aos Kayapó, desde o início que existe formas alternativas possíveis de exploração sustentada com economicidade.

3. Há necessidade que tenhamos claro os papéis das lideranças Tradicionais e lideranças técnicas neste momento de articulação de

um projeto alternativo. As lideranças técnicas surgiram como intermediadoras das lideranças tradicionais na sua necessidade de articulações diversas com a sociedade dos brancos. Na fase da exploração de ouro e madeira, a relação entre as duas categorias, que é para ser de complementariedade, desequilibrou-se, com as lideranças técnicas muitas vezes monopolizando os negócios, e se orientando mais pelo estilo do branco, do que pelos valores culturais. Há uma consciência relativa dos prejuízos que este desequilíbrio causou. As lideranças tradicionais na "Revolta de Gorotire" reafirmaram seu poder dentro da sociedade kayapó mostrando que as decisões devem continuar a orientar-se pelo fórum tradicional da "casa dos homens".

A categoria das lideranças técnicas inclui principalmente, filho e sobrinhos de chefes, que a partir da década de 80 passam a assumir funções de articulações políticos-econômicas com a sociedade dos brancos. A grande maioria delas se envolveu em contratos de exploração de ouro e madeira e, com o colapso deste sistema e a tomada de consciência dos prejuízos provocados pelos mesmos, encontram-se impedidos de continuar com seus negócios. Aparentemente, a impressão que estas lideranças nos passarão no Encontro de Redenção, é de que esta fase pos-desintrusão pode significar também uma mudança qualitativa no seu papel, de meros intermediários de contratos, para serem verdadeiros gestores de um projeto alternativo, auto-gerido e sustentável. Isto ficou evidente no interesse destas lideranças pela criação da Associação e pela manutenção de um compromisso com as lideranças tradicionais contra garimpos e madeiras. Consideramos que esta lideranças se constituem num recurso humano de grande potencial para o momento Kayapó, também alertamos para o ditado que diz que "o uso do cachimbo, pode deixar a boca torta". É importante que um processo de construção de alternativas envolva estas lideranças como sujeitos, garantindo-lhes um acompanhamento e orientação permanente, capacitando-lhes assim para este novo papel, mas há também que se desenvolver mecanismos para a participação das chefias tradicionais.

Nos Kayapó do Oeste a categoria da liderança técnica não é tão cristalizada como na área leste pelo fato de que este tipo de articulação com os brancos é relativamente recente, surgida somente a partir da década de 90. Entre as poucas lideranças técnicas experientes citamos Megarom e Pukatire, sendo que ambos se legitimaram a partir de articulação com projetos de cunho mais preservacionistas, com características distintas dos Kayapó do leste e indicando possivelmente perspectivas diferenciadas para uma articulação de projetos alternativos.

3. A Funai se constitui na principal articuladora e agência de apoio mais importante, tanto no desencadeamento quanto para continuidade deste processo. Cabe resaltar o papel da equipe de Coordenação da Desintrusão, ligada ao Departamento de Patrimônio Indígena (Funai/BSB), que tem se legitimado como via principal de articulação com as lideranças para questões afetas a desintrusão, leilão e projetos alternativos.

As Administrações Regionais da Funai, de Redenção e Colider, são importantes, principalmente neste momento atual de resistência contra as pressões das madeiras e garimpo. Com o advento da desintrusão da área, as ADRs vem enfrentando uma sobre-carga na assistência as comunidades, que até então era mantido com os recurso do ouro e da madeira. Ouvi comentários de que a ADR-Redenção estaria com uma dívida superior a R\$ 500.000,00, a ADR-Colider quanto passei por lá, estava com uma dívida de R\$ 40.000 com a empresa de taxi aéreo, boa parte das dividas foram despesas necessárias para a manutenção mínima do caótico estado de saúde das comunidades Kayapó. É bom lembrar que os atendimentos de emergencia as aldeias só podem ser feitos por avião, e de que a exploração madeira e garimpo provocou uma desestruturação do sistema de saúde tradicional. A garantia das necessidades básicas de saúde e educação são pré-requisitos para que as lideranças tenham fôlego, para resistir as investidas das madeiras e garimpos, sendo fundamental que as ADRs tenham condições para mante-las minimamente.

A ADR-Colider, recém criada, tem Megarom como Administrador, surge já no bojo do contexto pos-desintrusão. A ADR-Redenção, com uma história anterior de convivência com a exploração ilegal, é hoje a estrutura que sustenta a possibilidade de construção de um novo caminho. Qualquer ação emergencial para as áreas Kayapó passa num primeiro momento pelo fortalecimento das ADRs, através da garantia dos recursos essenciais, e no apoio com recurso humanos que lhes permitá atuar com competência e confiabilidade. Os quadros funcionais das ADRs devem se sentir co-participantes da construção de um projeto alternativo, devendo estas estruturas, paulatinamente, deixarem de atender demandas assistencialistas, para participar, de forma articulada, em estratégias concretas, coerentes e realistas de apoio as comunidades. Deve-se criar mecanismos para que as ADRs assumam uma nova postura na relação com os índios que seja coerente com o novo momento.

4. A vontade de experimentar alternativas que move os Kayapó no presente é motivada pela tomada de consciência dos prejuizos socio-economicos que estavam sofrendo com a exploração ilegal de seus

recursos, sobretudo, a expoliação econômica resultante dela. Os kayapó parecem perceber que, a medida que seus recursos estão esgotando, os contratantes brancos ficavam cada vez mais ricos, e as comunidades contabilizavam cada vez mais prejuízos. Esta consciência é a principal catalizadora da discussão sobre organizações próprias que possam assumir a auto-gestão das suas riquezas, resguardando o princípio tradicional da redistribuição comunitária dos recursos.

As Associações, como a "Associação Ipren-re de Defesa do Povo Mebengokre", surgem então como organizações supra-comunitária para o manuseio de gastos de fundos comunais, tirando assim da mão de lideranças individuais ou de organizações dos brancos e colocando na mão de uma organização contábil sob controle dos índios e a qual toda comunidade tem alguma responsabilidade. A uma expectativa concreta entre as lideranças de que suas Associações venham a jogar um papel preponderante no gerenciamento de seus projetos, já a curto prazo, isto ficou evidente na prioridade que as mesmas tiveram nos encontros de Colider e Redenção.

5. É evidente que existe uma intenção deliberada e articulada entre as lideranças de ocupação de seus territórios, isto fica evidente na movimentação comunitária que está se criando visando a construção de postos de vigilância nas fronteiras. Afirmamos que este desejo de ocupação dos espaços territoriais deve ser considerado como um elemento importante dentro de uma estratégia mais ampla de aproveitamento e proteção dos recursos naturais.

V. RECOMENDAÇÕES

1. A primeira recomendação é sobre a necessidade de transparência em todas as etapas do desenvolvimento de projetos e que se obtenham através da participação. Deve-se discutir e articular o desenvolvimento dos projetos diretamente com toda a comunidade, abertamente na aldeia e com todas as chefias, contrapondo-se ao estilo das madeireiras que conversam escondidas e nas cidades. É importante que a comunidade se sinta participante, pois os projetos são delas que vão fazer e trabalhar.

2. É importante ter claro que a autosustentação dos Kayapó e de seus recursos, implica não só em propostas claras para a questão de alternativas econômicas, mas também estratégias eficazes para as questões da saúde, educação, vigilância e proteção de fronteiras, e a questão dos transportes. As alternativas só serão possíveis se vistas como envolvendo uma globalidade de aspectos que devem ser atacados de forma simultânea e integrada. Mais do que projetos desenvolvidos isoladamente, precisamos de um programa integrado de ações envolvendo as questões elencadas anteriormente, que se desenvolvam de forma a se articularem dentro de uma estratégia maior, na qual os diversos projetos realimentam-se entre si, e balize horizontes concretos para as ações de curto, médio e longo prazo.

3. Um Plano Integrado de Ações pos-desintrusão deve ser elaborado para todas as comunidades das Áreas Menkragnoti, Kayapó, Baú, Jarinã e Kapot. As grandes diferenças existentes entre as diversas realidades faz com que as ações sejam também diferentes conforme as especificidades de cada uma e evidenciam a necessidade de um grande arco de parcerias entre as agências de apoio governamentais e civis e destas com as agências financiadoras.

É óbvio que este Programa de Ações implica em montante de recursos maiores dos que aqueles a serem arrecadados com o leilão da madeira desvitalizada, havendo necessidade de uma estratégia clara para captação de novos recursos. Resaltamos que se os kayapó se unirem na luta por recursos para projeto alternativo, terão um grande poder de pressão e barganha nos lobbys que se farão necessários.

4. Recomendamos que o eixo principal para as discussões com as lideranças sejam os projetos de alternativas econômicas, os quais devem ter nas comunidades e as associações indígenas seu vetor principal de

planejamento e gestão. Os projetos de saúde, educação e fronteiras, devem ser de responsabilidade da Funai e desenvolvidos de forma a que as comunidades, paulatinamente, assumam maiores responsabilidades na sua manutenção. As ONGs, como AVA e ISA, possuem contribuições importantes nas articulações para o estabelecimento do Programa e nas experiências acumuladas nas várias especificidades que compõe o mosaico de um plano integrado. A Funai, as ONGs e as lideranças indígenas, articuladas em torno de uma proposta concreta, possuem grande poder de persuasão, no sentido de ampliar o leque das fontes de recursos das agências financiadoras nacionais e internacionais.

5. A construção de um processo alternativo para os Kayapó implica que tenhamos estratégias concretas para enfrentar as dificuldades do curto prazo e sensibilidade para perceber os indicadores que definirão as perspectivas de médio e longo prazo.

AÇÕES DE CURTÍSSIMO PRAZO (julho a outubro/1994)

A- Formação de uma Coordenação interinstitucional para desenvolvimento do Programa Pós-desintrusão e definição de um planejamento e agenda em comum.

B- Dar condições materiais para que as comunidades aproveitem ainda a época da seca para realizarem trabalhos produtivos: roças, limpeza de castanhais, etc. As lideranças muitas vezes reiteraram o desejo latente nas comunidades de retomar e fortalecer os modos tradicionais de produção. O incentivo imediato a isto, através de pequenos projetos concretos, permitirá que desenvolva mecanismos, para o suprimento das necessidades básicas das aldeias, ao mesmo tempo que fortalece a base alimentar futura e ocupa o tempo das comunidades.

C- Iniciar a discussão de projetos alternativos nas aldeias através da elaboração de zoneamento ecológico-econômico participativo das Áreas, definindo as áreas prioritárias para preservação e aproveitamento, identificando as áreas que sofreram impacto da exploração predatória, e diagnosticando as situações das fronteiras. O zoneamento deve ser o instrumento inicial para a discussão de projetos alternativos com as comunidades, através dele deve-se fazer estudo do que tem na área, sentar e conversar sobre o que os índios querem fazer e planejar. O trabalho de zoneamento deve se cristalizar em um mapa que, além do zoneamento interno deva incluir o impacto das frentes regionais de ocupação, num raio de 100

kilômetros além das linhas de fronteira das áreas, isto subsidiaria a elaboração dos planos de vigilância e proteção das Áreas Indígenas.

Os instrumentos principais para a realização do zoneamento participativo devem ser fotos de satélites atuais das áreas e mapas obtidos a partir das fotos. Estas deverão permitir a realização de interpretação de suas imagens com fins técnicos de definição de uma estratificação da floresta e definição de particularidades para a elaboração de um plano de manejo dos recursos naturais.

D- Realização de Inventários florestais pilotos, com fins de manejo sustentável de múltiplas espécies, no território de abrangência das comunidades de Kubenkokre e Pukany, numa região em torno de um raio que possa ter como ponto de apoio para transportes as próprias aldeias, a serem definidos com uma discussão com a comunidade e seguindo critérios técnicos. A realização do Inventário ainda este ano, permitirá que estas comunidades possam desencadear num curto espaço de tempo, um plano de manejo emergencial, até que estejam estabelecidas as bases de plano de manejo mais embasado e amplo.

E- Fortalecimento das Associações através da realização de encontros de capacitação que lhes permita um planejamento e formação de uma cultura de associação que oriente suas ações. Apoiar imediatamente a estruturação de uma base administrativo-financeira mínima, ajudando na definição de mecanismos de monitoramento das associações pelas comunidades.

F- Definição de um corpo de técnicos não índios, ligados a coordenação do Programa Pós-Desintrusão, necessários para o desencadeamento das articulações de projetos. Estes devem ter uma perspectiva de trabalho de médio para longo prazo pois serão as pessoas chaves para a articulação e execução dos projetos na interface com as comunidades.

G- Definir e executar um plano de coleta da madeira desvitalizada, espalhada pelas Áreas. Deve-se estabelecer cotas de madeira a ser coletada, por comunidade, que permita atender as suas necessidades básicas e de acordo com as possibilidades reais de implementação e controle pela Funai. A própria coleta já deve se revestir num processo de educação, sob a coordenação de engenheiro florestal competente, evidenciando aos índios uma forma alternativa de trabalhar a exploração madeireira.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (novembro/1994 a abril/1995)

A- As ações de curtíssimo e curto prazo devem constituir uma fase de pré-projetos, onde ocorra um trabalho articulado de pesquisa, discussões entre as organizações de apoio envolvidas e propicie um amplo debate nas comunidades visando envolvê-las na definição de potencialidades e critérios necessários a escolha dos projetos a serem desenvolvidos.

B- O período das chuvas é o ideal para realização de encontros de capacitação e desencadear o debate nas aldeias. Há necessidade de se ampliar o número de lideranças técnicas, necessários a amplitude do programa de ação que será desenvolvido, acreditamos ser viável investir nas lideranças jovens, que tenham domínio da língua portuguesa e de matemática, as quais não tenham o envolvimento tão comprometido com as frentes exploratórias. O processo de capacitação visa difundir uma nova abordagem para análise dos problemas e busca de soluções alternativas e deve envolver temas como a capacitação em atividades de aproveitamento racional e manejo sustentado dos recursos madeireiros e não madeireiros e noções de administração e gerenciamento. Pequenos encontros de capacitação fora, devem provocar o debate dentro das aldeias.

C- Até início de janeiro propostas de continuidade do programa para médio prazo já deverão estar definidas, permitindo que se invista forças na captação de novos recursos, bem como no planejamento das ações.

D- Todo este processo deve alimentar a expectativa das lideranças no desenvolvimento de um plano alternativo, isto permitirá que as mesmas resistam ao sacrifício que esta fase de transição para o novo modelo vai exigir as comunidades.